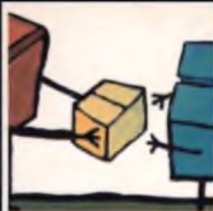


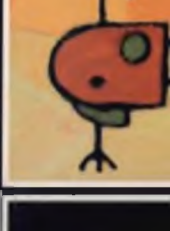
40
anos
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof. Dr.ª Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2° andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

16 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA


Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



**Educação, ciência
e tecnologia**

**Roberto Vermulm
Sergio Rezende
João Batista de Oliveira
Lauro Morhy**

17 de abril

Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Roberto Vermulm

Observando os indicadores de desempenho em ciência e tecnologia, observamos que a situação da tecnologia é mais dramática. Os indicadores que temos de publicações de artigos em periódicos internacionais nos são relativamente mais favoráveis do que os indicadores de resultado de atividades tecnológicas, relativos a patentes. Isto mostra que, apesar de termos ainda uma série de problemas e limitações, há uma capacitação constituída na área científica. A questão que se coloca é como transformar o conhecimento científico em inovações, como incentivar o relacionamento entre a universidade e o setor privado.

Temos competência no desenvolvimento científico; temos grupos de excelência nas universidades. Porém, essa competência e excelência não se traduzem no campo produtivo sob a forma de desenvolvimento tecnológico.

Esse problema não é recente e, sim, estrutural. É recorrente como objetivo de políticas de governo, embora a área de ciência

e tecnologia não tenha sido devidamente considerada pelas políticas de natureza macroeconômica.

Por outro lado, nem sempre esse problema é tratado de forma adequada. Por exemplo, em meados dos anos 70, quando o País de fato contou com uma política de ciência e tecnologia, considerava-se que o baixo desenvolvimento tecnológico no Brasil era decorrente de uma insuficiente estrutura de geração de conhecimentos. Instalaram-se, então, cursos de pós-graduação; investiu-se na formação de recursos humanos e na infra-estrutura de laboratórios. Acreditava-se que isso bastaria para que esses conhecimentos fluíssem para o setor privado.

Na realidade, o governo tinha o pressuposto equivocado de que ciência e tecnologia eram dois campos isolados. Pensava que havia um mercado de tecnologia com oferta e demanda; que as universidades e os institutos de pesquisa gerariam conhecimento e que o meio empresarial se apropriaria desse conhecimento para implementar inovações de produto ou de processo de produção.

Essa forma de interpretar a relação entre ciência e tecnologia parece não ser adequada. A relação é muito mais complicada. Tecnologia não é uma mercadoria, não existe um mercado e não é adequado fazer essa dicotomia, essa segmentação. No mundo da tecnologia, vale muito o experimento, a tentativa e o erro, o conhecimento tácito, não-codificado, enquanto no mundo científico temos um conhecimento muito mais organizado. Porém, apesar dessas especificidades, há uma intensa relação entre esses dois mundos.

Parece que o nosso ponto mais fraco está do lado produtivo, do lado da inovação, do meio empresarial e as razões para isso não estão somente no campo da política. Temos problemas estruturais que fizeram com que hoje chegássemos a essa situação.

O Brasil se industrializou em apenas quatro décadas, num curto espaço de tempo. Saímos de uma economia agrária para uma economia industrial, com uma matriz industrial complexa e relativamente completa no início dos anos 80. Neste período, da Segunda Guerra até os anos 80, fizemos grandes investimentos na estruturação do setor industrial e foi possível crescer sem fazer muitos investimentos em desenvolvimento tecnológico. A dinâmica industrial aconteceu porque estávamos instalando novos setores. Uma vez instalados, contudo, não ocorreu o mesmo dinamismo na geração de novos produtos, e novos processos a partir dessa base produtiva, já instalada. Por que isso ocorreu?

Para o empresário, o que interessa é a rentabilidade, é o retorno que ele tem de seu investimento. Esse retorno foi possível com subsídios fiscais, financeiros, políticas de arrocho de salário, a proteção comercial. Mesmo que tivessem um aparelho produtivo ineficiente, os empresários que aqui se instalaram obtiveram retornos extremamente elevados sem a necessidade de fazerem grandes investimentos no desenvolvimento tecnológico.

Esse é um problema de natureza estrutural: a mentalidade do empresariado, a falta de agressividade de ver que na geração de conhecimento, na inovação, uma forma de promover o desenvolvimento econômico. Claro que a empresa vai ganhar dinheiro com essa iniciativa e o só faz porque vai valorizar seu capital.

Assim, um dos problemas que nos aflige também é o de mentalidade, da cultura empresarial. Essa característica leva tempo para mudar. Não basta mudar a política científica e tecnológica, por mais que se criem instrumentos que visem favorecer o meio empresarial a investir mais recursos em desenvolvimento tecnológico. É preciso uma atuação de mudança de mentalidade, de sensibilizar e mobilizar o meio privado a considerar o desenvolvimento tecnológico nas suas

estratégicas empresariais. Essa é uma questão prioritária para ser enfrentada imediatamente. Estamos atrasados nessa corrida em relação a outras nações.

Sabemos que a questão da tecnologia é tida com um dos instrumentos de dominação entre as nações, e na medida em que não relevemos à posição estratégica este tema, abrimos mão de nossa soberania no cenário internacional. Independentemente de partido e governo, é imperativo procurar recolocar a questão da ciência e tecnologia em posição estratégica.

Daí derivam algumas observações. Em relação ao desenvolvimento tecnológico, não podemos abrir mão de novas tecnologias, de fazer investimento nas novas tecnologias que são portadoras de futuro, que permitem a geração de produtos de maior valor agregado; do ponto de vista estritamente econômico, valor agregado significa renda, salários, potencial de crescimento para o país. Se abrimos mão de investir em tecnologias que permitem maior agregação de valor, ficaremos subordinados à situação de manter salários baixos, com crescimento limitado. É preciso investir onde se consegue agregar maior conhecimento, maior valor, para gerar maior renda e abrir a possibilidade de termos uma melhor distribuição de renda.

Não quer dizer que somente isso vai garantir uma melhor distribuição de renda, mas abre uma possibilidade. Por um lado, temos que fazer esses investimentos em novas tecnologias, não só por questões ideológicas. Ao analisarmos a balança comercial brasileira, constatamos que mesmo diante de um saldo pouco positivo de 2 milhões de dólares, três setores são responsáveis por um déficit de 17 ou 18 milhões de dólares. Esses setores são: mecânica, química e eletroeletrônica. Esses três setores são os responsáveis pela geração e transmissão de progresso técnico

para o conjunto da produção social. São eles que têm maior densidade de conhecimento. Assim, é imperativo que se faça uma mudança nesse quadro, caso contrário o crescimento econômico do país corre risco de se tornar inviável, a médio e a longo prazo. É fundamental o investimento em novas tecnologias.

Uma segunda observação é de que o tecido produtivo brasileiro apresenta grande heterogeneidade inter e intra-setorial. Às vezes até no mesmo setor de atividade, convivem empresas com grandes disparidades entre padrões tecnológicos. Por um lado, algumas empresas excelentes, com investimentos em tecnologia que as tornam muito avançadas; e, por outro, cadeias produtivas muito desestruturadas, grandes defasagens, com dificuldades de relacionamentos e de cooperação. Em outros termos, isto induz à necessidade de políticas de difusão de tecnologia. Tecnologias já dominadas, estabelecidas e, que apesar de dominadas e estabelecidas, não o são pelo setor privado. Então, é importante trabalhar na direção da difusão, na extensão tecnológica para o setor industrial, simultaneamente aos investimentos em capacitação em novas tecnologias.

Essas são algumas grandes prioridades para promoção do desenvolvimento tecnológico. Mas para o campo científico, para as universidades, para os institutos de pesquisa, é preciso melhorar essa relação, o que significa tentar alterar a mentalidade e a cultura do meio empresarial, e as nossas, das universidades, também. Na verdade, são dois setores que não se interagem. O meio empresarial considera que nas universidades só existem lunáticos, que ficam discutindo sexo dos anjos, e as universidades imaginam que os empresários só visam ao lucro no curto prazo. Se permanecermos com essa mentalidade será muito difícil estabelecer uma relação de cooperação.

É importante criar os instrumentos mais adequados para facilitar essa interação entre o setor produtivo e as universidades. É nesse sentido que deve atuar a Lei de Inovação que está em discussão. Nessa mesma direção foram constituídos os Fundos Setoriais que procuram promover a interação das universidades com os setores produtivos. As universidades não devem ficar limitadas a isso. Claro que é fundamental fazer investimentos na formação de recursos humanos, no desenvolvimento da ciência básica, porque são eles que vão gerar conhecimentos que mais tarde serão utilizados. A formação de recursos humanos qualificados é necessária para que o Brasil construa sua capacidade de inovar. Por outro lado, a ciência básica se justifica em si mesma, principalmente pela imprevisibilidade da evolução do conhecimento.

Quando se diz que precisamos aproximar as universidades e as empresas, não se quer dizer que as empresas precisam absorver tudo que é gerado nas universidades. Das universidades precisamos não só a formação de grupos de excelência para a realização de pesquisa tecnológica, como também para a realização de pesquisa básica, essa última pouco ou quase nunca absorvida pela empresa, mas de fundamental importância para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Esses são os desafios que teremos que enfrentar no curto prazo.

A criação dos Fundos setoriais abre uma perspectiva para melhorar esse ambiente para o desenvolvimento científico e tecnológico. Porém não podemos aceitar que esses Fundos venham substituir recursos orçamentários. Temos que estar mobilizados para lutar para que os Fundos sejam recursos adicionais aos orçamentários já existentes. Ou seja, não podemos aceitar que os Fundos Setoriais, que vão irrigar o sistema com mais

600 ou 700 milhões/ano, possam sustentar toda a atividade de ciência e tecnologia ou que sejam considerados como substitutos de recursos que o governo tradicionalmente tem investido em ciência e tecnologia. Os Fundos Setoriais foram constituídos na perspectiva de mobilização de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico que tenham continuidade ao longo do tempo, supostamente não passíveis de cortes de orçamento da União em conjunturas de grande aperto fiscal.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE também foi concebido como nova institucionalidade na definição e implementação da política científica e tecnológica nacional. A experiência curta de atuação do CGEE já demonstra a riqueza do seu campo de atuação, inclusive por tentar criar ambiente mais favorável para a interação de projetos entre universidades e institutos de pesquisa, de um lado, com setor privado, de outro. Está surgindo uma nova prática na condução do desenvolvimento científico e tecnológico que é a da parceria com o setor científico, com a comunidade, com o setor empresarial.

Cada Fundo Setorial conta com um Comitê Gestor composto por representantes da comunidade, do setor privado e do governo. É um espaço institucional para se negociar e articular políticas e ações de governo segundo os diferentes interesses dos agentes sociais. Parece-me que essa é a oportunidade de se construir um marco institucional novo.

O fluxo anual de recursos dos Fundos Setoriais está por volta de 600/700 milhões de reais. Uma parcela desses recursos poderia ser aplicada no desenvolvimento de novas metodologias e de novas soluções técnicas para a área de educação, desde que os respectivos projetos estejam de acordo com as normas previstas em editais dos Fundos Setoriais.

Mas os recursos dos Fundos Setoriais são claramente insuficientes diante das necessidades do Brasil. Se disponibilizarmos os recursos para todos os grupos de pesquisa e empresas que necessitam fazer alguma atividade tecnológica, vai dar muito pouco para cada um. Esses recursos devem ser vistos como alavanca sobretudo para mobilizar o setor privado a realizar atividades tecnológicas. Esses fundos, na sua maioria, têm destinação de recursos para setores previamente selecionados, mas existem dois fundos de natureza não setorial.

Temos o Fundo de Infra-Estrutura que fundamentalmente está voltado para as universidades e instituições de pesquisa, procurando melhorar, aperfeiçoar e modernizar a infra-estrutura destas instituições de pesquisa. O outro fundo não setorial é o Verde-Amarelo, cujo objetivo é promover a integração universidade-empresa. Os recursos dos fundos não são destinados a financiar as atividades das empresas. Eles não financiam a pesquisa da empresa e, sim, instituições sem fins lucrativos que estejam desenvolvendo projetos para o setor privado. O setor privado se beneficia destes recursos ao interagir com a universidade e as instituições de pesquisa.

Também estão sendo desenvolvidos novos instrumentos para a promoção do desenvolvimento tecnológico nacional: recursos do Fundo Verde-Amarelo são destinados para que a FINEP promova a redução das taxas de juros para quem toma financiamento lá. Adicionalmente, o governo federal pode conceder subvenção a programas de desenvolvimento tecnológico. Estes instrumentos estão sendo mobilizados visando a criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento tecnológico.

Os fundos setoriais devem destinar 30% dos seus recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas não determina que

estes recursos sejam destinados à formação de recursos humanos. Tudo dependerá dos projetos propostos, da necessidade de capacitação em áreas específicas do conhecimento. O CNPq, como instituição que compõe o Sistema MCT, também recebe recursos dos Fundos Setoriais para realizar investimentos na capacitação de gente e na fixação de pessoal qualificado em instituições que realizam pesquisas. Na verdade, é importante que nestas regiões se fixe competências e se qualifique recursos humanos, além, evidentemente, de conceder condições adequadas de trabalho nas instituições de pesquisa e nas instituições privadas de pesquisa e desenvolvimento.

O CGEE vem para ajudar na definição das prioridades dos Fundos, na aplicação destes recursos, porém ele não tem poder decisório, não dita aonde os recursos vão ser aplicados. A nossa função é promover estudos com o intuito de aplicação dos recursos, de articular grupos de pesquisa deste país para produzir os estudos que vão orientar as decisões dos fundos setoriais. O êxito do CGEE está em conseguir fazer esta articulação. Do ponto de vista das prioridades setoriais, primeiro acho que política de desenvolvimento tecnológico assim como política industrial, necessariamente tem um recorte setorial. O que se propõe para a indústria elétrico-eletrônica, os instrumentos que se mobilizam, não são iguais para a indústria de calçados. Têm ritmos de inovação, conhecimento, padrões de inovação e tecnologia e práticas diferentes. Precisamos trabalhar de acordo com os setores que se quer incentivar. Isso não significa que estamos elegendo setores prioritários e, sim, reconhecendo que cada setor tem prioridades específicas.

Lutar por essas inovações e consolidar a nova estrutura institucional de ciência e tecnologia é uma pauta para o novo presidente.

QUESTÕES AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Considera importante promover a integração entre universidades e empresas? Como fazê-lo?

Visando ao desenvolvimento tecnológico nacional, elegeria setores prioritários? Por quê?

Como estimular as empresas a ampliarem os seus investimentos em inovação?

Acredita haver condições para que as empresas multinacionais realizem atividades de pesquisa e desenvolvimento no Brasil? O que fazer para que as multinacionais ampliem seus investimentos locais na realização de atividades tecnológicas?

É a favor de implementar algum mecanismo de proteção a tecnologias desenvolvidas no Brasil?

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy